



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**DESPACHO TRF2 1306077**

Trata-se da contratação da empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA., visando à renovação de serviço de suporte técnico e atualização do software gerenciador de bancos de dados MYSQL Enterprise Edition para uso da Justiça Federal da 2ª Região, com fundamento na dispensa de licitação, prevista no artigo 74, inciso I, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

O Diretor-Geral, por meio do despacho nº 1302585, sintetiza o teor das manifestações das unidades administrativas que se pronunciaram no feito, e assevera a existência de viabilidade jurídica para o aperfeiçoamento da contratação por meio de dispensa de licitação, como se infere do excerto a seguir transcrito:

“Senhor Presidente,

Tratam os autos da contratação da empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA., visando à renovação de serviço de suporte técnico e atualização do software gerenciador de bancos de dados MYSQL Enterprise Edition para uso da Justiça Federal da 2ª Região, sob o fundamento legal do artigo 74, inciso I, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 que, dispondo acerca da inexigibilidade de licitação, assim preceitua:

“É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos, ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

(...)

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do *caput* deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.”

Registra-se que o custo da contratação é de R\$ 792.396,07 (setecentos e noventa e dois mil, trezentos e noventa e seis reais e sete centavos), conforme proposta comercial válida (0935527).

Informa a DPLAN, no Despacho 1007376, ratificado pela SPO (1007413), a existência de dotação orçamentária para a despesa, registrando que o presente objeto consta da programação da STI, associada ao ID 19.

A documentação exigida por lei para a contratação encontra-se nos autos: Declaração SICAF (1302581); Declaração de que não emprega menor (1005527); Declaração de Parentesco (1005531), Relatório Consulta Consolidada TCU - 1258359 e Declaração de Exclusividade (1294900), expedida pela ABES - Associação Brasileira das Empresas de Software, todas estas devidamente atualizadas.

A Assessoria Jurídica, Técnica e de Assuntos Administrativos - AJUT, após análise dos aspectos legais referentes ao tema em questão, considerou, no Parecer

Jurídico 1299359, preenchidos os pressupostos que autorizam a contratação direta da Empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA, por inexigibilidade de licitação, baseada no artigo 74, inciso I, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, visto entender que há, na hipótese, inviabilidade de competição, em virtude do critério da exclusividade.

Sugeriu, no entanto, a AJUT, ajustes no Termo de Referência (1228288) e na Minuta do Contrato (1226534), com os quais este Diretor-Geral concorda.

Diante do exposto, considerando os termos do Parecer Jurídico 1299359, encaminho o feito a essa Presidência, com a sugestão de autorização da contratação, com fundamento na inexigibilidade de licitação, prevista no artigo 74, inciso I, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, ressaltando, porém, que, na hipótese de Vossa Excelência assentir com a contratação, serão os autos previamente remetidos à STI, para adequação da minuta do Termo de Referência (1228288), e à DCONT, para ajustes na Minuta do Contrato (1226534).

À superior consideração.”

Dessarte, com base no Parecer da Assessoria Jurídica, Técnica e de Assuntos Administrativos - AJUT (1299359) e na manifestação da Diretoria-Geral (1302585), AUTORIZO a contratação direta da empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA, com fulcro no artigo 74, inciso I, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

À Direção Geral para que seja efetivada a adequação da minuta do Termo de Referência (1228288), bem como da minuta do Contrato (1226534).

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO**, Presidente, em 06/10/2025, às 17:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1306077** e o código CRC **139397D8**.